

CPA nº 2025/164081

Informação SPI nº 65/2026

Assunto:

Comarca de Itariri – Informações sobre a existência de estudos para extinção – Reorganização Judiciária – Resolução CNJ nº 184/2023 – Provimento TJSP nº 82/2011.

O presente expediente foi instaurado em razão de solicitação de informações acerca da existência de estudos voltados à extinção do Foro de Itariri, inicialmente apresentada pela Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo – ASSOJUBS e pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Judiciário Estadual na Baixada Santista, Litoral e Vale do Ribeira – SINTRAJUS (Ofício s/n/2025 – fl. 6).

Na sequência, sobre o mesmo tema, foram encaminhados à E. Presidência ofícios subscritos pela Deputados Estaduais Solange Freitas e Carlos Giannazi, bem como dois requerimentos de informação apresentados pela Secretaria Geral Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado, que, além da consulta sobre a existência de propostas ou estudos relativos à extinção da Comarca, apresentam questionamentos adicionais e mais detalhados (Ofício nº 78/2025; Ofício CG A-054/2025; RI nºs 542 e 554/2025 – fls. 18/19, 78/79, 97/102 e 105/109, respectivamente).

Com o propósito de subsidiar a análise e a eventual resposta pela E. Presidência, apresento, a seguir, os tópicos organizados em itens.

1. Existe proposta, estudo ou iniciativa administrativa voltados à extinção da Comarca de Itariri/SP?
Foram realizados estudos referentes à reorganização judiciária das Comarcas de Peruíbe e Itariri, em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução

CNJ nº 184/2013 e Provimento nº 82/2011 TJSP, sem que haja, até o momento, deliberação para eventual formalização de proposta de extinção ou desativação da Comarca de Itariri/SP.

2. É procedente a informação sobre o fechamento do Fórum da Comarca de Itariri/SP, com transferência de servidores e processos judiciais para a Comarca de Peruíbe/SP?

Não há estudos para fechamento do Fórum da Comarca de Itariri/SP, apenas estudos técnicos de reorganização judiciária, que avaliam diferentes cenários previstos na Resolução CNJ nº 184/2013, inclusive a possibilidade de transferência de jurisdição, sem definição conclusiva.

3. Foram realizados estudos ou análises que justifiquem a eventual iniciativa de fechamento ou reorganização do Fórum?

Foram realizados estudos técnicos voltados à análise da distribuição processual e carga de trabalho nas Comarcas de Peruíbe e Itariri, considerando o parâmetro de 50% da média de casos novos por unidade, conforme previsto no art. 9º da Resolução CNJ nº 184/2013, sem mobilização que envolva o fechamento ou desativação do Fórum da Comarca de Itariri/SP.

4. Quais são os fundamentos técnicos e administrativos que justificariam eventual alteração no funcionamento do Fórum da Comarca de Itariri/SP?

Os estudos foram realizados em caráter técnico, com base estritamente estatística, considerando parâmetros objetivos de movimentação processual, nos termos da Resolução CNJ nº 184/2013 e Provimento nº 82/2011 TJSP.

5. Existem estudos, análises internas, propostas administrativas, minutas de atos ou planos de reestruturação que contemplem a possibilidade de desativação, fechamento, transferência de competência ou reorganização das atividades do Fórum da Comarca de Itariri/SP?

Conforme especificado no item 1, foram realizados estudos técnicos e há parecer opinativo da E. Corregedoria Geral da Justiça.

6. Em caso positivo, é possível o encaminhamento de cópia dos documentos, relatórios, notas técnicas ou manifestações internas relacionadas ao tema?

Vide anexos a seguir.

7. Há cronograma preliminar, prazos estimados ou fases de implementação para eventual reorganização da unidade?

Não, pois sequer houve deliberação da E. Presidência, na gestão anterior do Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, acerca de eventual formalização da proposta.

8. Existe data prevista para a efetivação de eventual medida de fechamento ou reorganização?

Prejudicado, item 7.

9. Há previsão de redistribuição de processos, varas ou competências para outras Comarcas? Quais seriam as unidades potencialmente afetadas?

Prejudicado, item 7.

10. Houve diálogo com a comunidade jurídica ou está prevista consulta institucional ao Município de Itariri, à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou a outros órgãos locais?

Não, pois os trabalhos desenvolvidos possuem caráter preliminar e estritamente técnico, nos termos da Resolução CNJ nº 184/2013 e Provimento nº 82/2011 TJSP.

11. Foi realizada ou está em elaboração análise de impacto social, territorial ou econômico, especialmente quanto aos reflexos para a população local?

Os estudos se limitaram à fase estatística processual, contudo, a própria diretriz nacional considera a necessidade de preservação do acesso à Justiça, especialmente no que se refere à manutenção de atendimento local, caso definida por eventual reorganização judiciária.

12. Como seria garantido o atendimento e o deslocamento seguro e viável dos jurisdicionados, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade, se haveria manutenção de posto de atendimento, núcleo avançado ou unidade descentralizada no município de Itariri?

A própria Resolução CNJ nº 184/2013 dispõe sobre a instalação de postos avançados de atendimento, a realização de atendimentos periódicos ou itinerantes e o uso de estruturas descentralizadas, assegurando o acesso dos jurisdicionados, logicamente incluídos aqueles em situação de vulnerabilidade.

13. A situação do Fórum da Comarca de Itariri/SP está inserida em algum plano ou programa de modernização, racionalização ou reestruturação administrativa do Poder Judiciário paulista? Em caso positivo, qual a norma instituidora?

Os estudos tiveram como diretriz os critérios previstos na Resolução CNJ nº 184/2013, não estando, até o momento, vinculados a programa específico diverso do marco normativo mencionado.

14. Há previsão de manutenção de posto de atendimento, núcleo avançado ou unidade descentralizada no Município de Itariri/SP?

Prejudicado item 7, com observação do item 11.

15. Existe previsão de realocação de servidores e magistrados, caso venha a ser implementada alguma alteração na estrutura atual?

Prejudicado item 7, com observação do item 11.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Primeira Instância

16. Existe plano voltado ao acolhimento dos servidores que não puderem ou não quiserem se deslocar em razão de eventual transferência?

Prejudicado, item 7, com observação do item 11.

Sendo essas as informações disponíveis para resposta aos questionamentos apresentados, permanecemos à disposição em caso de necessária complementação.

São Paulo, 14 de janeiro de 2026.

PATRÍCIA TIUMAN DE SOUZA CARVALHO

Secretária da Primeira Instância

PROVIMENTO Nº 82/2011

Data da Norma: 30/06/2011
Órgão expedidor: PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Fonte: DJE de 14/07/2011, p. 1
Ementa: Dispõe sobre critérios a serem observados na criação de varas e comarcas. (e)

Texto compilado a partir da redação dada pela [Resolução n. 385/2021](#) e pela [Resolução n. 604/2024](#).

RESOLUÇÃO N. 184, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a competência constitucional do CNJ para realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quanto à geração de novas despesas públicas;

CONSIDERANDO que a missão constitucional de controle administrativo e financeiro impõe ao CNJ a análise de mérito de anteprojeto de lei de iniciativa do Poder Judiciário que impliquem aumento de gastos com pessoal e encargos sociais;

CONSIDERANDO que a eficiência operacional e a gestão de pessoas são temas estratégicos para o Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ nº 70, de 18 de março de 2009;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, que preconiza o atendimento das necessidades dos cidadãos com a maior presteza e economicidade possível, pela Administração Pública, no desempenho de suas funções;

CONSIDERANDO a constatação, nos relatórios anuais Justiça em Números, do expressivo percentual de despesa com Recursos Humanos em relação à despesa total do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a premência da adoção de metodologia uniforme que alcance todo o Poder Judiciário; e

CONSIDERANDO a decisão plenária tomada no julgamento do Ato Normativo n. 0006690-21.2013.2.00.0000, na 180ª Sessão Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os anteprojotos de lei de criação de cargos de magistrados e servidores, cargos em comissão, funções comissionadas e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário obedecerão ao disposto nesta Resolução. [\(redação dada pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

§ 1º A presente Resolução não se aplica ao Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Aplicam-se os critérios estabelecidos nesta Resolução aos Tribunais Superiores, à Justiça Federal, à Justiça do Trabalho, à Justiça Eleitoral, à Justiça Militar da União e dos Estados, à Justiça dos Estados e do Distrito Federal, ao Conselho da Justiça Federal (CJF) e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). [\(redação dada pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

§ 3º Os órgãos referidos no § 2º devem encaminhar cópia dos anteprojotos de lei referidos no caput ao CNJ, que elaborará parecer de mérito para encaminhamento ao respectivo Poder Legislativo. [\(redação dada pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

Art. 2º Para fins desta Resolução considera-se:

I – Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-Jus: índice de eficiência relativa dos tribunais do mesmo ramo de Justiça, consoante metodologia divulgada anualmente no Relatório Justiça em Números;

II – Intervalo de confiança: valor de referência que estabelece o ponto de corte de seleção dos tribunais mais eficientes, conforme fórmula constante do Anexo;

III – Índice de Produtividade dos Magistrados – IPM: índice obtido a partir da divisão do total de processos baixados pelo número de magistrados, conforme fórmula constante do Anexo;

IV - Índice de Produtividade dos Servidores – IPS: índice obtido a partir da divisão do total de processos baixados no ano anterior pelo número de servidores, de acordo com a fórmula do Anexo;

V – Quartil: medida estatística que divide o conjunto ordenado de dados em 4 (quatro) partes iguais, em que cada parte representa 25% (vinte e cinco por cento);

VI – Unidades judiciárias de primeiro grau: Varas e Juizados, incluídos os seus postos avançados, gabinetes e secretarias;

VII – Unidades judiciárias de segundo grau: gabinetes de desembargadores e secretarias de órgãos fracionários (Turmas, Seções especializadas, Tribunal Pleno etc.), excluídas a Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria.

Art. 3º O CNJ emitirá parecer de mérito nos anteprojotos de lei de iniciativa dos órgãos do Poder Judiciário que impliquem aumento de gastos com pessoal e encargos sociais. [\(redação dada pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

§ 1º Os anteprojotos de lei devem ser protocolados no CNJ até o dia 15 de abril, a fim de possibilitar a emissão de parecer em prazo compatível com o de envio, no mesmo ano, das respectivas propostas orçamentárias. [\(incluído pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

§ 2º Os processos administrativos de parecer de mérito sobre anteprojotos de lei aos quais se aplique esta Resolução serão distribuídos ao Corregedor Nacional de

Justiça, que poderá requisitar auxílio das unidades técnicas do CNJ para subsidiar seu voto. [\(incluído pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

§ 3º O Corregedor Nacional de Justiça terá o prazo de 60 (sessenta) dias para proferir seu voto, a contar do protocolo do anteprojeto de lei no CNJ. [\(incluído pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

§ 4º Caso não seja observado o prazo previsto no § 3º, o anteprojeto poderá ser apresentado pelo órgão do Poder Judiciário ao Poder Legislativo independentemente do parecer do CNJ. [\(incluído pela Resolução n. 604, de 13.12.2024\)](#)

Art. 4º Os anteprojeto de lei encaminhados ao CNJ devem estar acompanhados de:

I – premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

III – simulação que demonstre o impacto da despesa considerados os limites para despesas com pessoal estabelecidos no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e

IV – estudo técnico fundamentado, com justificativa e comprovação do atendimento dos critérios estabelecidos nesta Resolução.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES E UNIDADES JUDICIÁRIAS

Art. 5º Somente serão apreciados pelo CNJ os anteprojeto de lei quando, aplicado o Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-Jus, o respectivo tribunal alcance o "intervalo de confiança" do seu ramo de Justiça.

§ 1º A apuração do IPC-Jus adotará metodologia definida pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, com observância das especificidades de cada ramo de Justiça, sob a supervisão da Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento.

§ 2º Para possibilitar a apuração do IPC-Jus, o DPJ/CNJ poderá solicitar o envio de dados complementares.

SEÇÃO I – CRIAÇÃO DE CARGOS DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Art. 6º Cumprido o requisito estabelecido no artigo anterior, os anteprojeto de lei para criação de cargos de magistrados e servidores devem considerar o número estimado de cargos necessário para que o tribunal possa baixar (processos baixados) quantitativo equivalente à média de casos novos de primeiro e segundo graus do último triênio, conforme fórmula constante do Anexo.

§ 1º A estimativa de que trata o caput observará a média do Índice de Produtividade de Magistrados – IPM ou do Índice de Produtividade de Servidores – IPS do quartil de melhor desempenho dos tribunais do mesmo ramo de justiça no último triênio.

§ 2º Para os tribunais que superem o quartil de melhor desempenho do IPM ou IPS, a estimativa será feita com base na sua própria produtividade.

Art. 7º Aplicado o critério previsto no artigo anterior, os anteprojetos de lei podem prever acréscimo na quantidade de cargos a fim de possibilitar a redução da taxa de congestionamento, no prazo de 5 (cinco) anos, para patamar equivalente à dos tribunais do quartil de melhor desempenho.

§ 1º Para estimar a quantidade de cargos necessários para alcançar a taxa de congestionamento de que trata o caput, será considerada a metodologia prevista no Anexo.

§ 2º Na hipótese prevista neste artigo, podem ser considerados outros elementos que indiquem possibilidade de aumento de produtividade sem o correspondente aumento de cargos, dentre eles o grau de utilização de processo eletrônico.

SEÇÃO II – CRIAÇÃO, EXTINÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

Art. 8º Cumprido o requisito estabelecido no art. 4º, serão considerados os seguintes critérios para criação de unidade judiciária:

I – necessidade de cargos de magistrados e/ou de servidores, nos termos da seção anterior;

II – estimativa de casos novos da base territorial da unidade que se pretende criar; e

III – distância da unidade judiciária mais próxima com mesma competência material.

§ 1º A estimativa de distribuição de que trata o inciso II deve observar critérios objetivos.

§ 2º Salvo situações excepcionais devidamente justificadas, só será autorizada a criação de unidade jurisdicional em localidade em que já exista outra com igual competência material quando a estimativa de distribuição for igual ou superior a 50% da média de casos novos por magistrado do respectivo tribunal no último triênio.

§ 3º O CNJ pode manifestar-se favoravelmente à criação de unidades judiciárias com jurisdição especializada, quando a especificidade do caso justificar.

Art. 9º Os tribunais devem adotar providências necessárias para extinção, transformação ou transferência de unidades judiciárias e/ou comarcas com distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos por magistrado do respectivo tribunal, no último triênio.

§ 1º Para os fins do caput, o tribunal pode transferir a jurisdição da unidade judiciária ou Comarca para outra, ou convertê-la em Núcleo de Justiça 4.0, de

modo a propiciar aumento da movimentação processual para patamar superior. [\(redação dada pela Resolução n. 385, de 6.4.2021\)](#)

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o tribunal pode instalar postos avançados de atendimento, cabendo definir a estrutura de funcionamento do aludido órgão, de acordo com seu volume processual, observando-se, preferentemente, a recomendação CNJ nº 28, de 16 de dezembro de 2009.

§ 3º O tribunal pode instituir calendário periódico de atendimento dos jurisdicionados e realização de audiências nos postos avançados, em caráter itinerante.

§ 4º Os postos avançados equivalem, para os fins legais, a sedes de unidades judiciárias.

§ 5º O tribunal pode, ainda, instituir atendimento itinerante para prestar jurisdição em localidades que não comportem a criação de postos avançados, utilizando-se de unidades móveis e/ou, mediante parceria, de estruturas de outros órgãos do Poder Judiciário e/ou instituições públicas.

SEÇÃO III – CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS

Art. 10. Cumprido o requisito estabelecido no art. 4º, serão considerados os seguintes critérios para criação de cargos em comissão e funções comissionadas:

I – necessidade de criação de cargos e unidades judiciárias, nos termos das seções anteriores;

II – necessidade de criação de unidades de apoio direto ou indireto à atividade judicante;

III – impossibilidade de transformação ou remanejamento dos cargos em comissão e funções comissionadas existentes.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Conselho Nacional de Justiça pode, excepcionalmente, relativizar os critérios estabelecidos nesta Resolução quando a análise das peculiaridades do caso concreto o exigir.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput para os anteprojetos de lei de criação de cargos de servidores nas áreas administrativa e de apoio especializado.

Art. 12. Para aferição dos critérios previstos nesta Resolução serão considerados os pedidos de criação de unidades judiciárias, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança formulados em projetos de lei em tramitação no Poder Legislativo.

Parágrafo único. Cópias dos projetos de lei em tramitação devem ser encaminhadas ao CNJ com os anteprojetos de lei.

Art. 13. Os anexos desta Resolução podem ser alterados por ato do Presidente do CNJ.

Art. 14. Os tribunais poderão editar atos complementares, desde que não contrariem a presente Resolução.

Art. 15. Os procedimentos em tramitação no CNJ, que não atendam aos termos desta Resolução, serão devolvidos aos órgãos de origem para a necessária adequação.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Ministro Joaquim Barbosa

[Anexo](#)

Informação nº 1300/2025 – CPA nº 1989/00000024

Assunto: Criação e instalação da 3ª Vara Judicial da Comarca de Peruíbe

Ilustríssima Senhora Secretária da Primeira Instância,

Trata-se de pedido dos magistrados da Comarca de Peruíbe, assinado em conjunto com o Senhor Presidente da 149ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil OAB - Peruíbe, requerendo a criação e instalação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe, fls. 345/353.

Em certidão de fl. 354, foi certificado que a Comarca de Peruíbe, é de entrância intermediária, e conta atualmente com 02 Varas Judiciais instaladas, 01 Juizado Especial Cível e Criminal, 01 Serviço Anexo das Fazendas e 01 Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, não restando Vara pendente de instalação.

À estrutura apontada acima acrescentamos que a Comarca também conta com um CEJUSC (Pré-Processual).

À fl. 362, foi determinado pela MM Juíza Assessora da E. Corregedoria Geral da Justiça, o encaminhamento dos autos a esta SPI para a realização de estudos.

Metodologia adotada no presente estudo:

O estudo foi realizado nos termos do [Provimento 82/2011](#) e seguindo os critérios apontados em reunião entre esta Secretaria e a E. Corregedoria na data de 18 de maio de 2022¹, com a observância da alínea “a” do Art. 1º do Provimento 82/2011, que

¹ Critérios apontados pela E. Corregedoria:
- As denúncias foram obtidas por meio do total de incidências das movimentações e/ou evento de recebimento de denúncia e queixa;

toma por base a distribuição do último ano, quando se tratar de criação de vara do mesmo tipo.

Para atendimento do citado Provimento, alínea “c” do Art. 4º, que menciona a proporção das denúncias em varas cumulativas, efetuamos a multiplicação das denúncias recebidas em 2024 por 3.

Resultados:

Conforme levantamento realizado via Painel Informatizado – BI, com dados extraídos pela STI e consolidados pela SPI, obteve-se que no último ano as duas Varas cumulativas da comarca de Peruíbe receberam **334** denúncias (178 + 156) e **4.017 ações e cautelares da área cível** (1.942 + 2.075) (Itens 4 e 5 do Anexo I).

Para atendimento do citado Provimento, alínea “c” do Art. 4º, que menciona a proporção das denúncias em varas cumulativas, efetuamos a multiplicação das mesmas por 3. Desta forma, obtém-se a quantia de **1.002 denúncias** (334 x 3) que, somadas às **ações e cautelares da área cível (4.017)**, representam um montante anual projetado de **5.019** feitos o que, com a criação da Vara pretendida, representa uma **distribuição projetada de 1.673 feitos por magistrado ao ano**, não atendendo o que disposto na alínea “c” do Art. 4º, que menciona 1.800 processos novos por ano em cada vara (itens 6 e 7 do Anexo I).

Ressaltamos que a Comarca de Peruíbe conta com um Juizado Especial Cível e Criminal, que em 2024, recebeu um total de **999 ações e cautelares e 02 denúncias** e com um Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher que, no mesmo período, recebeu um total de **577 ações e cautelares e 235 denúncias** (item 4 do Anexo I).

Por fim, seguem arquivos anexos contendo:

- Serão considerados os processos entrados por redistribuição e subtraídos os saídos por redistribuição e
- Não serão computados: os processos dependentes (recurso e incidente processual), os relacionados à árvore
155 – Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão e a classe 111 – Habilitação de Crédito.

- Anexo I: Dados gerais da Comarca de Peruíbe
- Anexo II: Distribuição de feitos dos últimos 5 anos da Comarca de Peruíbe

Sendo o que tínhamos a informar, enviamos os autos à consideração superior, sugerindo, s.m.j., posterior encaminhamento à Assessoria da E. Corregedoria Geral da Justiça para apreciação.

São Paulo, 22 de agosto de 2025.

PAULO HERBERT GENEROSO PEIXOTO

Supervisor de Serviço – SPI 1.3.1

ANDRÉ MARUOKA DOS REIS

Coordenadoria de Governança – SPI 1.3

Visto. À SPI.

FERNANDA MENEZES DE SOUZA

Diretoria de Administração e Governança - DAG – SPI 1

Anexo I ao CPA 1989/24 - Comarca de Peruíbe:

Dados Gerais

1. População, eleitorado e receita tributária¹ pertinentes aos municípios atendidos pela comarca de Peruíbe:

Comarca Sede	Municípios	Receita Tributária 2024	População 2024	Eleitores Junho/2025
PERUÍBE	Peruíbe	R\$ 519.272.061,82	70.543	57.349
	Total	R\$ 519.272.061,82	70.543	57.349

2. Quadro funcional das Varas Cumulativas da comarca de Peruíbe em agosto/2025 – Dados fornecidos pela SGP:

Unidade	Escrevente Técnico Judiciário	Chefe de Seção Judiciário	Supervisor de Serviço
1º Ofício Judicial da Comarca de Peruíbe	14	2	1
2º Ofício Judicial da Comarca de Peruíbe	15	2	1
Total:	29	4	2

3. Processos em andamento em agosto/2025 – Dados obtidos através de extração junto ao Painei SAJINSIGHTS, considerando processos principais e incidentes:

Unidade	Competência	Eletrônico	Físico	Total Geral
1ª Vara	Acidente do Trabalho	8	0	8
	Cível	2.054	1	2.055
	Correg Cart Extrajudiciais Reg Imóveis	1	0	1
	Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	58	0	58
	Criminal	546	3	549
	Empresarial e de Conflitos Relacionados	1	0	1
	Execução Criminal	1.204	0	1.204
	Família e Sucessões	1.202	1	1.203
	Fazenda Pública Estadual	198	4	202
	Fazenda Pública Federal	357	0	357
	Fazenda Pública Municipal	242	0	242
	Juizado Criminal - Violência Doméstica	1	0	1
	Júri	24	0	24
	Registros Públicos	654	0	654
Total:		6.550	9	6.559

¹

Fonte de Dados:

População: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/>
 Eleitorado: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seal/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home>
 Receita Tributária: <https://transparencia.tce.sp.gov.br/>

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
■ SECRETARIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA – DAG

Unidade	Competência	Eletrônico	Físico	Total Geral
2ª Vara	Acidente do Trabalho	25	0	25
	Cível	1.414	0	1.414
	Corregedoria Permanente de Unidade-Setor	1	0	1
	Crimes Falimentares	1	0	1
	Criminal	771	3	774
	Especial Relativo ao Idoso	2	0	2
	Falência e Recuperação Judicial/Extrajud	4	0	4
	Família e Sucessões	594	1	595
	Fazenda Pública Estadual	109	2	111
	Fazenda Pública Federal	188	0	188
	Fazenda Pública Municipal	256	0	256
	Infância e Juventude - Execução	65	0	65
	Infância e Juventude Cível	94	2	96
	Infância e Juventude Infracional	68	0	68
	Juizado Especial Criminal	0	1	1
	Registros Públicos	457	0	457
Total:		4.049	9	4.058
Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher	Criminal	4	0	4
	Juizado Criminal - Violência Doméstica	1.042	1	1.043
Total:		1.046	1	1.047
Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	438	0	438
	Juizado Especial Criminal	172	0	172
	Juizado Especial da Fazenda Estadual	252	0	252
	Juizado Especial da Fazenda Municipal	137	0	137
Total:		999	0	999

4. Distribuição da comarca de Peruíbe no último ano de 2024:

DISTRIBUIÇÃO DAS VARAS CUMULATIVAS DE PERUIBE - 2024							
Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total
1ª Vara	Acidente do Trabalho	8	0	-	2	0	10
	Cível	959	12	-	80	0	1.051
	Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	7	0	-	0	0	7
	Corregedoria Permanente Administrativa	2	0	-	0	0	2
	Crimes Falimentares	0	0	-	0	1	1
	Criminal	165	0	-	68	176	409
	Empresarial e de Conflitos Relacionados	1	0	-	0	0	1
	Especial Relativo ao Idoso	2	0	-	0	0	2
	Execução Criminal	452	0	-	3	34	489
	Execução Penal - Multa	135	0	-	0	0	135
	Falência e Recuperação Judicial/Extrajud	1	0	-	0	0	1
	Família e Sucessões	612	16	-	44	19	691
	Fazenda Pública Estadual	26	5	-	1	0	32
	Fazenda Pública Federal	122	2	-	9	0	133
	Fazenda Pública Municipal	48	0	-	1	0	49
	Júri	3	0	-	5	2	10
	Registros Públicos	154	0	-	0	0	154
Total		2.697	35	0	213	232	3.177
2ª Vara	Acidente do Trabalho	12	0	-	1	0	13
	Cível	1.047	19	-	93	0	1.159
	Corregedoria Permanente Administrativa	2	0	-	0	0	2
	Criminal	141	0	-	79	225	445
	Especial Relativo ao Idoso	4	0	-	0	0	4
	Família e Sucessões	561	50	-	60	2	673
	Fazenda Pública Estadual	11	6	-	1	0	18
	Fazenda Pública Federal	117	2	-	2	0	121
	Fazenda Pública Municipal	16	4	1	0	0	21
	Infância e Juventude - Execução	71	0	-	0	0	71
	Infância e Juventude Cível	123	1	-	7	0	131
	Infância e Juventude Infracional	4	0	-	5	82	91
	Registros Públicos	182	0	-	0	0	182
	Total	2.291	82	1	248	309	2.931
Juizado Especial Cível e Criminal	Corregedoria Permanente Administrativa	1	0	-	0	0	1
	Juizado Especial Cível	756	6	-	35	0	797
	Juizado Especial Criminal	20	0	-	20	154	194
	Juizado Especial da Fazenda Estadual	169	2	-	0	0	171
	Juizado Especial da Fazenda Municipal	53	6	-	0	0	59
Total		999	14	0	55	154	1.222
Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Juizado Criminal - Violência Doméstica	576	0	-	18	359	953
	Juizado da Violência Doméstica-Família	1	0	-	0	0	1
Total		577	0	0	18	359	954
SAF - Serviço de Anexo Fiscal	Corregedoria Permanente Administrativa	1	0	-	0	0	1
	Execução Fiscal Estadual	0	0	8	2	0	10
	Execução Fiscal Federal	0	0	-	79	0	79
	Execução Fiscal Municipal	7	11	8.769	5	0	8.792
Total		8	11	8.777	86	0	8.882
CEJUSC (Pré-Processual)	Conciliação	39	0	-	0	0	39
	Superendividamento-Pré-Processual	6	0	-	0	0	6
	Total	45	0	0	0	0	45
Total de 2024:		6.617	142	8.778	620	1.054	17.211

5. Distribuição de Ações e Cautelares Cíveis nas Varas Cumulativas de Peruíbe no último ano de 2024:

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES E CAUTELARES CÍVEIS NO ÚLTIMO ANO - 2024 Varas Cumulativas de Peruíbe		
Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares
1ª Vara	Acidente do Trabalho	8
	Cível	959
	Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	7
	Corregedoria Permanente Administrativa	2
	Crimes Falimentares	0
	Empresarial e de Conflitos Relacionados	1
	Especial Relativo ao Idoso	2
	Falência e Recuperação Judicial/Extrajud	1
	Família e Sucessões	612
	Fazenda Pública Estadual	26
	Fazenda Pública Federal	122
	Fazenda Pública Municipal	48
	Registros Públicos	154
	Total	1.942
2ª Vara	Acidente do Trabalho	12
	Cível	1.047
	Corregedoria Permanente Administrativa	2
	Especial Relativo ao Idoso	4
	Família e Sucessões	561
	Fazenda Pública Estadual	11
	Fazenda Pública Federal	117
	Fazenda Pública Municipal	16
	Infância e Juventude Cível	123
	Registros Públicos	182
	Total	2.075
Total de 2024:		4.017

6. Ações e cautelares cíveis + denúncias multiplicadas por 3, considerando o ano de 2024:

Ano	Unidade	Ações e Cautelares Cíveis	Denúncias	Denúncias x (3)	Total
2024	1ª Vara	1.942	178	178 X 3 = 534	2.476
	2ª Vara	2.075	156	156 X 3 = 468	2.543
	Total	4.017	334	1.002	5.019

7. Distribuição projetada com a criação de 3ª Vara Cumulativa de Peruíbe:

Unidade	Distribuição Projetada	Cálculo
1ª Vara	1.673	5.019 ÷ 3 = 1.673
2ª Vara	1.673	
3ª Vara (nova)	1.673	
Total	5.019	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA – DAG

Anexo II ao CPA 1989/24 – Distribuição de 5 anos - Comarca de Peruíbe

Ano	Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total	Denúncias
2020	1ª Vara	Acidente do Trabalho	1	0	0	0	0	1	
		Cível	486	11	0	177	0	674	
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	2	0	0	0	0	2	
		Corregedoria Permanente de Unidade-Setor	2	0	0	0	0	2	
		Empresarial e de Conflitos Relacionados	2	0	0	0	0	2	
		Especial Relativo ao Idoso	1	0	0	0	0	1	
		Execução Criminal	210	0	0	4	0	214	
		Execução Penal - Multa	125	0	0	0	0	125	
		Família e Sucessões	398	18	0	149	0	565	
		Fazenda Pública Estadual	10	0	0	3	0	13	
		Fazenda Pública Federal	76	0	0	2	0	78	
		Fazenda Pública Municipal	30	0	0	2	0	32	
		Júri	8	1	0	3	0	12	9
		Registros Públicos	95	0	0	9	0	104	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	14	0	0	0	2	16	7
		Criminal	185	1	0	176	155	517	105
		Total	1.645	31	0	525	157	2.358	121
	2ª Vara	Acidente do Trabalho	4	0	0	0	0	4	
		Cível	498	18	0	172	0	688	
		Corregedoria Permanente de Unidade-Setor	3	0	0	0	0	3	
		Família e Sucessões	389	39	0	152	0	580	
		Fazenda Pública Estadual	11	1	0	3	0	15	
		Fazenda Pública Federal	69	0	0	2	0	71	
		Fazenda Pública Municipal	24	3	0	3	0	30	
		Infância e Juventude - Execução	44	0	0	0	0	44	
		Infância e Juventude Cível	84	0	0	28	0	112	
		Registros Públicos	105	0	0	5	0	110	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	13	0	0	0	5	18	6
		Infância e Juventude Infracional	0	0	0	6	67	73	
		Criminal	201	0	0	191	154	546	130
		Total	1.445	61	0	562	226	2.294	136
	Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	401	6	0	65	0	472	
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	134	1	0	0	0	135	
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	50	1	0	1	0	52	
		Juizado Especial Criminal	32	0	0	34	178	244	11
		Total	617	8	0	100	178	903	11
	CEJUSC (Pré-Processual)	Conciliação	11	0	0	0	0	11	
		Total	11	0	0	0	0	11	
	SAF - Serviço de Anexo Fiscal	Execução Fiscal Estadual	0	2	19	2	0	23	
		Execução Fiscal Federal	0	0	0	75	0	75	
		Execução Fiscal Municipal	10	9	5.692	10	0	5.721	
		Total	10	11	5.711	87	0	5.819	
	Total		3.728	111	5.711	1.274	561	11.385	268
	1ª Vara	Cível	629	16	0	201	0	846	
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	4	0	0	0	0	4	
		Execução Criminal	237	0	0	3	0	240	
		Execução Penal - Multa	230	0	0	0	0	230	
		Fazenda Pública Estadual	18	0	0	1	0	19	
		Fazenda Pública Federal	90	1	0	3	0	94	
		Fazenda Pública Municipal	47	2	0	2	0	51	
		Júri	7	0	0	0	0	7	10
		Registros Públicos	140	0	0	3	0	143	

Ano	Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/ Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total	Denúncias
2021	Família e Sucessões	Família e Sucessões	567	18	0	146	1	732	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	17	0	0	0	17	34	14
		Criminal	185	3	0	209	181	578	116
		Total	2.171	40	0	568	199	2.978	140
	2ª Vara	Acidente do Trabalho	2	0	0	0	0	2	
		Cível	661	21	0	218	0	900	
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	1	0	0	0	0	1	
		Especial Relativo ao Idoso	1	0	0	0	0	1	
		Falência e Recuperação Judicial/Extrajud	1	0	0	0	0	1	
		Família e Sucessões	534	36	0	120	0	690	
		Fazenda Pública Estadual	12	4	0	1	0	17	
		Fazenda Pública Federal	70	0	0	0	0	70	
		Fazenda Pública Municipal	28	3	0	1	0	32	
		Infância e Juventude - Execução	89	0	0	0	0	89	
		Infância e Juventude Cível	122	0	0	25	0	147	
		Registros Públicos	125	0	0	0	0	125	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	16	0	0	0	8	24	10
		Infância e Juventude Infracional	1	0	0	10	54	65	
		Criminal	187	0	0	210	209	606	133
		Total	1.850	64	0	585	271	2.770	143
	Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	511	5	0	98	0	614	
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	177	4	0	0	0	181	
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	54	1	0	0	0	55	
		Juizado Especial Criminal	23	0	0	52	113	188	30
		Total	765	10	0	150	113	1.038	30
	CEJUSC (Pré-Processual)	Conciliação	7	0	0	0	0	7	
		Total	7	0	0	0	0	7	
	SAF - Serviço de Anexo Fiscal	Execução Fiscal Estadual	0	0	10	1	0	11	
		Execução Fiscal Federal	0	1	0	119	0	120	
		Execução Fiscal Municipal	7	2	7.648	24	0	7.681	
		Total	7	3	7.658	144	0	7.812	
	Total		4.800	117	7.658	1.447	583	14.605	313
2022	1ª Vara	Cível	694	13	0	119	0	826	
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	4	0	0	0	0	4	
		Corregedoria Permanente de Unidade-Setor	1	0	0	0	0	1	
		Execução Penal - Multa	100	0	0	0	0	100	
		Fazenda Pública Estadual	25	2	0	1	0	28	
		Fazenda Pública Federal	119	0	0	11	0	130	
		Fazenda Pública Municipal	50	1	0	4	0	55	
		Registros Públicos	134	0	0	8	0	142	
		Família e Sucessões	636	10	0	138	1	785	
		Júri	11	0	0	4	1	16	5
		Execução Criminal	333	0	0	4	6	343	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	24	0	0	2	47	73	6
		Criminal	147	0	0	224	214	585	129
		Total	2.278	26	0	515	269	3.088	140
	2ª Vara	Acidente do Trabalho	7	0	0	0	0	7	
		Cível	792	24	0	177	0	993	
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	1	0	0	0	0	1	
		Especial Relativo ao Idoso	2	0	0	0	0	2	
		Falência e Recuperação Judicial/Extrajud	0	2	0	0	0	2	
		Família e Sucessões	584	45	0	85	0	714	
		Fazenda Pública Estadual	13	1	0	0	0	14	
		Fazenda Pública Federal	93	1	0	3	0	97	
		Fazenda Pública Municipal	16	3	0	0	0	19	

Ano	Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/ Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total	Denúncias
2023		Infância e Juventude - Execução	71	0	0	0	0	71	
		Infância e Juventude Cível	118	1	0	16	0	135	
		Registros Públicos	127	0	0	2	0	129	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	23	0	0	3	31	57	12
		Infância e Juventude Infracional	1	0	0	18	64	83	
		Criminal	145	0	0	234	274	653	134
		Total	1.993	77	0	538	369	2.977	146
	Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	618	2	0	64	0	684	
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	286	4	0	1	0	291	
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	45	1	0	0	0	46	
		Juizado Especial Criminal	14	0	0	33	96	143	12
		Total	963	7	0	98	96	1.164	12
	CEJUSC (Pré-Processual)	Conciliação	22	0	0	0	0	22	
		Total	22	0	0	0	0	22	
	SAF - Serviço de Anexo Fiscal	Execução Fiscal Estadual	0	0	21	3	0	24	
		Execução Fiscal Federal	0	0	1	119	0	120	
		Execução Fiscal Municipal	16	9	15.642	53	0	15.720	
		Total	16	9	15.664	175	0	15.864	
	Total		5.272	119	15.664	1.326	734	23.115	298
	1ª Vara	Acidente do Trabalho	1	0	0	7	0	8	
		Cível	979	9	0	79	0	1.067	
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	6	0	0	0	0	6	
		Empresarial e de Conflitos Relacionados	1	0	0	0	0	1	
		Execução Penal - Multa	155	0	0	1	0	156	
		Fazenda Pública Estadual	31	6	1	1	0	39	
		Fazenda Pública Federal	131	1	0	2	0	134	
		Fazenda Pública Municipal	48	4	0	3	0	55	
		Júri	11	0	0	4	0	15	1
		Registros Públicos	144	1	0	0	0	145	
		Família e Sucessões	608	29	0	43	1	681	
		Execução Criminal	511	0	0	8	3	522	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	10	0	0	6	6	22	
		Criminal	120	0	0	85	194	399	128
		Total	2.756	50	1	239	204	3.250	129
	2ª Vara	Acidente do Trabalho	13	0	0	2	0	15	
		Cível	1.103	17	0	102	0	1.222	
		Corregedoria Permanente de Unidade-Setor	1	0	0	0	0	1	
		Empresarial e de Conflitos Relacionados	2	0	0	0	0	2	
		Especial Relativo ao Idoso	2	0	0	0	0	2	
		Fazenda Pública Estadual	15	15	0	0	0	30	
		Fazenda Pública Federal	127	3	0	1	0	131	
		Fazenda Pública Municipal	18	2	0	1	0	21	
		Infância e Juventude - Execução	71	0	0	0	0	71	
		Infância e Juventude Cível	116	1	0	9	0	126	
		Registros Públicos	197	0	0	1	0	198	
		Família e Sucessões	580	48	0	25	3	656	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	4	0	0	0	7	11	1
		Infância e Juventude Infracional	5	0	0	1	65	71	
		Criminal	107	0	0	107	171	385	122
		Total	2.361	86	0	249	246	2.942	123
	Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	738	10	0	20	0	768	
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	141	0	0	0	0	141	
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	52	0	0	0	0	52	
		Juizado Especial Criminal	9	0	0	23	89	121	13

Ano	Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total	Denúncias
2024	Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Total	940	10	0	43	89	1.082	13
		Criminal	50	0	0	0	0	50	2
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	1.673	0	0	9	442	2.124	179
		Total	1.723	0	0	9	442	2.174	181
	CEJUSC (Pré-Processual)	Conciliação	33	0	0	0	0	33	
		Superendividamento-Pré-Processual	4	0	0	0	0	4	
		Total	37	0	0	0	0	37	
	SAF - Serviço de Anexo Fiscal	Corregedoria Permanente de Unidade-Setor	1	0	0	0	0	1	
		Execução Fiscal Estadual	0	0	26	3	0	29	
		Execução Fiscal Federal	0	1	0	96	0	97	
		Execução Fiscal Municipal	9	5	61	8	0	83	
		Total	10	6	87	107	0	210	
	Total		7.827	152	88	647	981	9.695	446
2024	1ª Vara	Acidente do Trabalho	8	0	0	2	0	10	
		Cível	959	12	0	80	0	1.051	
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	7	0	0	0	0	7	
		Corregedoria Permanente Administrativa	2	0	0	0	0	2	
		Empresarial e de Conflitos Relacionados	1	0	0	0	0	1	
		Especial Relativo ao Idoso	2	0	0	0	0	2	
		Execução Penal - Multa	135	0	0	0	0	135	
		Falência e Recuperação Judicial/Extrajud	1	0	0	0	0	1	
		Fazenda Pública Estadual	26	5	0	1	0	32	
		Fazenda Pública Federal	122	2	0	9	0	133	
		Fazenda Pública Municipal	48	0	0	1	0	49	
		Registros Públicos	154	0	0	0	0	154	
		Crimes Falimentares	0	0	0	0	1	1	
		Júri	3	0	0	5	2	10	
		Família e Sucessões	612	16	0	44	19	691	
		Execução Criminal	452	0	0	3	34	489	
		Criminal	165	0	0	68	176	409	178
		Total	2.697	35	0	213	232	3.177	178
	2ª Vara	Acidente do Trabalho	12	0	0	1	0	13	
		Cível	1.047	19	0	93	0	1.159	
		Corregedoria Permanente Administrativa	2	0	0	0	0	2	
		Especial Relativo ao Idoso	4	0	0	0	0	4	
		Fazenda Pública Estadual	11	6	0	1	0	18	
		Fazenda Pública Federal	117	2	0	2	0	121	
		Fazenda Pública Municipal	16	4	1	0	0	21	
		Infância e Juventude - Execução	71	0	0	0	0	71	
		Infância e Juventude Cível	123	1	0	7	0	131	
		Registros Públicos	182	0	0	0	0	182	
		Família e Sucessões	561	50	0	60	2	673	
		Infância e Juventude Infracional	4	0	0	5	82	91	
		Criminal	141	0	0	79	225	445	156
		Total	2.291	82	1	248	309	2.931	156
	Juizado Especial Cível e Criminal	Corregedoria Permanente Administrativa	1	0	0	0	0	1	
		Juizado Especial Cível	756	6	0	35	0	797	
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	169	2	0	0	0	171	
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	53	6	0	0	0	59	
		Juizado Especial Criminal	20	0	0	20	154	194	2
		Total	999	14	0	55	154	1.222	2
	Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	Juizado da Violência Doméstica-Família	1	0	0	0	0	1	
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	576	0	0	18	359	953	235
		Total	577	0	0	18	359	954	235

Ano	Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/ Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total	Denúncias
	CEJUSC (Pré-Processual)	Conciliação	39	0	0	0	0	39	
		Superendividamento-Pré-Processual	6	0	0	0	0	6	
		Total	45	0	0	0	0	45	
	SAF - Serviço de Anexo Fiscal	Corregedoria Permanente Administrativa	1	0	0	0	0	1	
		Execução Fiscal Estadual	0	0	8	2	0	10	
		Execução Fiscal Federal	0	0	0	79	0	79	
		Execução Fiscal Municipal	7	11	8.769	5	0	8.792	
		Total	8	11	8.777	86	0	8.882	
	Total		6.617	142	8.778	620	1.054	17.211	571
	Total		28.244	641	37.899	5.314	3.913	76.011	2.284

Processo Digital nº 2025/00000024

Vistos.

Por ordem da E. Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, retone à SPI 1.3 para complemento do estudo apresentado, incluindo os dados da Comarca de Itariri.

São Paulo, data registrada no sistema.

PATRICIA TIUMAN DE SOUZA CARVALHO

Secretária da Primeira Instância

(Assinado Digitalmente)

Informação nº 1735/2025 – CPA nº 1989/00000024

Assunto: Complementação dos estudos para projetar eventual absorção da Comarca de Itariri pela Comarca de Peruíbe e a criação da 3ª Vara Judicial

Ilustríssima Senhora Secretária da Primeira Instância,

Trata-se de cumprimento da determinação da Egrégia Presidência de fls. 387 para complementação dos estudos apresentados às fls. 375/385, com a inclusão dos dados relativos à Comarca de Itariri, bem como projeção de eventual absorção deste Foro pela Comarca de Peruíbe, conforme depreende-se da parte final do pedido formulado às fls. 345/353.

Conforme certificado pela SEMA às fls. 354, a Comarca de Peruíbe, de entrância intermediária, conta com 02 Varas Judiciais instaladas, 01 Juizado Especial Cível e Criminal, 01 Serviço Anexo das Fazendas e 01 Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, não restando Vara pendente de instalação.

À estrutura apontada acima verificou-se ainda a existência de 01 CEJUSC (Pré-Processual).

No que concerne à Comarca de Itariri, por meio dos painéis gerenciais disponibilizados nesta secretaria, observou-se a existência de 01 Vara Judicial e 01 Juizado Especial Cível e Criminal.

Feitas as considerações iniciais, passa-se ao estudo.

1. Metodologia

O estudo tem como escopo projetar eventual absorção do Foro de Itariri pela Comarca de Peruíbe, bem como atualizar os resultados obtidos no estudo anterior para a criação/instalação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe, caso ocorra a absorção pretendida.

O estudo referente à criação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe foi realizado nos termos do [Provimento 82/2011](#) e seguindo os critérios apontados em reunião entre esta Secretaria e a E. Corregedoria na data de 18 de maio de 2022¹, com a observância da alínea “a”

¹ Critérios apontados pela E. Corregedoria:

- As denúncias foram obtidas por meio do total de incidências das movimentações e/ou evento de recebimento de denúncia e queixa;

do Art. 1º do Provimento 82/2011, que toma por base a distribuição do último ano, quando se tratar de criação de vara do mesmo tipo.

Para cumprimento do disposto no Provimento 82/2011, art. 4º, alínea “c”, que trata da proporção de denúncias nas Varas cumulativas, procedeu-se à multiplicação do total de denúncias recebidas em 2024 por três.

Os dados foram extraídos via Painel Informatizado - BI, configurado pela SPI com dados extraídos via banco de dados pela STI.

2. Estudo para aferir o impacto da absorção da Comarca de Itariri por Peruíbe

Preliminarmente, a Comarca de Itariri é responsável também pelo Município de Pedro de Toledo. A sede da Comarca de Itariri está localizada no próprio Município e está a aproximadamente 20,3 quilômetros de distância da Comarca de Peruíbe, já o Município de Pedro de Toledo está a aproximadamente 27,4 quilômetros de Peruíbe².

A população atendida, somados ambos os Municípios é de 27.301 (Ref.: 2024). O eleitorado total é de 17.498 eleitores (Ref.: 08/2025) (item 1 do Anexo I).

Ações e cautelares e denúncias recebidas (item 4 do Anexo I):

Distribuição de ações e cautelares da Comarca de Itariri no ano de 2024:

- **Vara Única:** 1.472;
- **Juizado Especial Cível e Criminal:** 172.

Denúncias recebidas na Comarca de Itariri no ano de 2024:

- **Vara Única:** 144;
- **Juizado Especial Cível e Criminal:** 5.

- Serão considerados os processos entrados por redistribuição e subtraídos os saídos por redistribuição e
- Não serão computados: os processos dependentes (recurso e incidente processual), os relacionados à árvore 155 – Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão e a classe 111 – Habilitação de Crédito.

² A distância foi aferida por meio da ferramenta [google maps](https://www.google.com/maps)

Considerando a totalidade de ações e cautelares e de denúncias em conjunto com os dados já consolidados no estudo anterior, eventual absorção da Comarca de Itariri por Peruíbe acarretaria o seguinte impacto:

PROJEÇÃO DE AÇÕES E CAUTELARES - COMARCA DE PERUÍBE (Considerando a absorção dos feitos da Comarca de Itariri)			
Unidade de Peruíbe	Ações e Cautelares (Peruíbe)	Ações e Cautelares (Itariri)	Total Projetado
1ª Vara	2.697	736 (= 1.472 ÷ 2)	3.433
2ª Vara	2.291	736 (= 1.472 ÷ 2)	3.027
Juizado Especial Cível e Criminal	999	172	1.171

Projeção com dados BI-Prov 82 referente ao ano de 2024

PROJEÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS - COMARCA DE PERUÍBE (Considerando a absorção dos feitos da Comarca de Itariri)			
Unidade de Peruíbe	Denúncias Recebidas (Peruíbe)	Denúncias Recebidas (Itariri)	Total Projetado
1ª Vara	178	72 (= 144 ÷ 2)	250
2ª Vara	156	72 (= 144 ÷ 2)	228
Juizado Especial Cível e Criminal	2	5	7

Projeção com dados BI-Prov 82 referente ao ano de 2024

No que concerne ao Quadro Funcional, eventual absorção da Comarca de Itariri deverá considerar o remanejamento da seguinte força de trabalho (item 2 do Anexo I):

Cargo	Nº de Servidores
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIO	1
AGENTE DE SERVIÇOS JUDICIÁRIO (AUXILIAR DE SERVIÇOS)	1
AGENTE OPERACIONAL JUDICIÁRIO (VIGIA)	1
ASSISTENTE JUDICIÁRIO	1
ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO	1
CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO	1
ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO	10
OFICIAL DE JUSTIÇA	1
PSICÓLOGO JUDICIÁRIO	1
SUPERVISOR DE SERVIÇO	2
Total	20

Com relação aos processos em andamento, observou-se, na Comarca de Itariri, a existência de 450 feitos no âmbito do Juizado Especial e de 13.705 processos na Vara Judicial (item 3 do Anexo I).

Com efeito, os processos em andamento na Vara judicial de Itariri ficariam diluídos nas 2 Varas Judiciais existentes em Peruíbe ($13.705 \div 2 = 6.582,5$).

Já o acervo do Juizado Especial seria integralmente transferido para a Vara do Juizado Especial de Peruíbe (450 feitos):

- **01ª Vara Judicial de Peruíbe:** de 6.559 para 13.412 (aumento de 6.853 feitos);
- **02ª Vara Judicial de Peruíbe:** de 4.058 para 10.911 (aumento de 6.853 feitos);
- **Vara do Juizado Especial de Peruíbe:** 999 para 1.449 (aumento de 450 feitos).

3. Estudo para criação/instalação de 3ª Vara Judicial em eventual absorção da Comarca de Itariri por Peruíbe:

Conforme levantamento realizado no estudo anterior de fls. 375/377, as varas cumulativas da Comarca de Peruíbe receberam **334** denúncias (178 + 156) e **4.017 ações e cautelares da área cível** (1.942 + 2.075).

No tocante à Itariri, verificou-se a distribuição de **1.144 ações e cautelares da área cível** e de **144 recebimentos de denúncias** (item 5 do Anexo I).

Somando-se o resultado da Comarca de Itariri para o mesmo período ao obtido pelo estudo anterior, verifica-se um total de **5.161 ações e cautelares** (1.144 + 4.017) e de **478 denúncias** (178+156+144) (item 6 do Anexo I).

Para atendimento do citado Provimento, alínea “c” do Art. 4º, que menciona a proporção das denúncias em varas cumulativas, efetuamos a multiplicação das mesmas por 3. Desta forma, obtém-se a quantia de **1.434 denúncias** (478 x 3) que, somadas às **ações e cautelares da área cível (5.161)**, representam um montante anual projetado de **6.595** feitos, o que, com a criação da Vara pretendida, representa uma **distribuição projetada de cerca de 2.198 feitos por magistrado ao ano, atendendo o mínimo de 1.800 novos casos prescritos na alínea “c” do Art. 4º, para deflagrar o procedimento de instalação** (item 7 do Anexo I).

Por fim, seguem arquivos anexos contendo:

- **Anexo I:** Dados gerais da Comarca de Itariri
- **Anexo II:** Distribuição de feitos dos últimos 5 anos da Comarca de Itariri

Sendo o que tínhamos a informar, enviamos os autos à consideração superior, sugerindo, s.m.j., posterior encaminhamento E. Presidência do Tribunal de Justiça para apreciação.

São Paulo, 12 de setembro de 2025.

PAULO HERBERT GENEROSO PEIXOTO

Supervisor de Serviço – SPI 1.3.1

ANDRÉ MARUOKA DOS REIS

Coordenadoria de Governança – SPI 1.3

Visto. À SPI.

FERNANDA MENEZES DE SOUZA

Diretoria de Administração e Governança - DAG – SPI 1

Anexo I ao CPA 1989/24 - Comarca de Peruíbe:

Dados Gerais

1. População, eleitorado e receita tributária¹ pertinentes aos municípios atendidos pela comarca de Itariri:

Município	Comarca Sede	Distância	Receita Tributária 2024	População 2024	Eleitores 08/2025
Itariri	Itariri	0	R\$ 81.022.798,34	15.762	9.622
Pedro de Toledo	Itariri	8	R\$ 67.406.977,33	11.539	7.876
Total		8	R\$ 148.429.775,67	27.301	17.498

2. Quadro funcional completo da comarca de Itariri em setembro/2025 – Dados fornecidos pela SGP:

Cargo	Ofício Judicial	Juizado Especial Cível e Criminal	Gabinete
Agente de Serviços	1	0	0
Escrevente Técnico Judiciário	8	0	1
Supervisor de Serviços	1	1	0
Assistente Judiciário	-	-	1

Administração do Forum	
Agente de Fiscalização	1
Agente operacional (vigia)	1
Chefe de Seção	1
Escrevente Técnico Judiciário	1
Setor Técnico	
Assistente Social	1
Psicólogo	1
SADM	
Oficial de Justiça	1

1

Fonte de Dados:

População: <https://ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/>
 Eleitorado: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleitor-eleitorado-mensal/home>
 Receita Tributária: <https://transparencia.tce.sp.gov.br/>

3. Processos em andamento em setembro/2025 – Dados obtidos através de extração junto ao Painel SAJINSIGHTS, considerando processos principais e incidentes:

FEITOS EM ANDAMENTO NA COMARCA DE ITARIRI - SET/2025		
Unidade	Competência	Total
Juizado Especial Cível e Criminal	10 - Juizado Especial Criminal	146
	108 - Corregedoria Permanente Administrativa	1
	46 - Juizado Especial da Fazenda Municipal	25
	47 - Juizado Especial da Fazenda Estadual	115
	8 - Juizado Especial Cível	163
	Total:	450
Vara Única	1 - Cível	981
	10 - Juizado Especial Criminal	208
	107 - Infância e Juventude - Execução	7
	108 - Corregedoria Permanente Administrativa	1
	11 - Júri	21
	16 - Execução Criminal	278
	2 - Família e Sucessões	565
	26 - Infância e Juventude Infracional	29
	27 - Juizado Criminal - Violência Doméstica	60
	3 - Registros Públicos	213
	35 - Fazenda Pública Municipal	73
	36 - Fazenda Pública Estadual	48
	37 - Fazenda Pública Federal	765
	38 - Especial Relativo ao Idoso	3
	4 - Infância e Juventude Cível	76
	63 - Execução Fiscal Estadual	1
	64 - Execução Fiscal Municipal	9.235
	65 - Execução Fiscal Federal	1
	66 - Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	8
	69 - Crimes Falimentares	1
	7 - Acidente do Trabalho	19
	71 - Execução Penal - Multa	84
	9 - Criminal	1.028
	Total:	13.705
Total Geral		14.155

fonte: SAJ-Insights em 12/09/2025

4. Distribuição da comarca de Itariri no último ano de 2024 (todas as competências):

DISTRIBUIÇÃO NA COMARCA DE ITARIRI - ÚLTIMO ANO (2024)								
Unidade	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total	Denúncias
Juizado Especial Cível e Criminal	Corregedoria Permanente Administrativa	8	0	0	0	0	8	0
	Juizado Especial Cível	123	0	0	11	0	134	0
	Juizado Especial da Fazenda Estadual	26	0	0	0	0	26	0
	Juizado Especial da Fazenda Municipal	10	0	0	0	0	10	0
	Juizado Especial Criminal	5	0	0	3	131	139	5
	Total	172	0	0	14	131	317	5
Vara Única	Acidente do Trabalho	8	0	0	0	0	8	0
	Cível	409	5	0	22	0	436	0
	Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	19	0	0	0	0	19	0
	Corregedoria Permanente Administrativa	2	0	0	0	0	2	0
	Especial Relativo ao Idoso	1	0	0	0	0	1	0
	Execução Fiscal Federal	0	0	0	22	0	22	0
	Execução Fiscal Municipal	57	0	806	2	0	865	0
	Execução Penal - Multa	26	0	0	0	0	26	0
	Fazenda Pública Estadual	9	6	0	1	0	16	0
	Fazenda Pública Federal	284	0	0	0	0	284	0
	Fazenda Pública Municipal	12	1	0	0	0	13	0
	Infância e Juventude - Execução	4	0	0	0	0	4	0
	Infância e Juventude Cível	48	1	0	3	0	52	0
	Júri	1	0	0	1	0	2	2
	Registros Públicos	39	0	0	0	0	39	0
	Execução Criminal	80	0	0	2	2	84	0
	Família e Sucessões	313	22	0	21	8	364	0
	Infância e Juventude Infracional	0	0	0	5	17	22	0
	Juizado Criminal - Violência Doméstica	47	0	0	0	29	76	1
	Criminal	113	0	0	22	228	363	141
	Total	1.472	35	806	101	284	2.698	144
Total Geral:		1.644	35	806	115	415	3.015	149

fonte: BI-Prov 82

5. Distribuição de **Ações e Cautelares Cíveis na Vara Judicial de Itariri** no ano de 2024
(para fins de projeção da instalação da 3ª Vara Judicial em Peruíbe):

Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares
Vara Única	Acidente do Trabalho	8
	Cível	409
	Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	19
	Corregedoria Permanente Administrativa	2
	Especial Relativo ao Idoso	1
	Fazenda Pública Estadual	9
	Fazenda Pública Federal	284
	Fazenda Pública Municipal	12
	Infância e Juventude Cível	48
	Registros Públicos	39
	Família e Sucessões	313
	Total	1.144

6. Projeção de Ações e cautelares cíveis + denúncias multiplicadas por 3, considerando a eventual absorção dos feitos da Comarca de Itariri pela Comarca de Peruíbe:

Ano	Unidade	Ações e Cautelares	Denúncias	Denúncias (x3)	Total
2024	1ª Vara	1.942 + 572 (Itariri)	178 + 72 (Itariri)	250 x 3 = 750	3.264
	2ª Vara	2.075 + 572 (Itariri)	156 + 72 (Itariri)	228 x 3 = 684	3.331
	Total	5.161	478	1.434	6.595

7. Distribuição projetada com a criação de 3ª Vara Cumulativa de Peruíbe com eventual absorção dos feitos da Comarca de Itariri:

Unidade	Distribuição Projetada	Cálculo
1ª Vara	2.198	6.595/3 = 2.198,3
2ª Vara	2.198	
3ª Vara	2.198	
Total	6.595	

Anexo II ao CPA 1989/24 - Itariri - Distribuição de 05 anos

Ano	Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/ Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total Geral	Denúncias
2020	Juizado Especial Cível e Criminal	Corregedoria Permanente de Unidade-Setor	1	0	0	0	0	1	0
		Juizado Especial Cível	52	2	0	14	0	68	0
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	24	0	0	2	0	26	0
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	7	0	0	1	0	8	0
		Juizado Especial Criminal	5	0	0	11	66	82	2
		Total	89	2	0	28	66	185	2
	Vara Única	Acidente do Trabalho	6	0	0	0	0	6	0
		Cível	164	2	0	54	0	220	0
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	18	0	0	0	0	18	0
		Execução Criminal	24	0	0	0	0	24	0
		Execução Fiscal Estadual	0	0	7	0	0	7	0
		Execução Fiscal Federal	0	0	0	15	0	15	0
		Execução Fiscal Municipal	0	0	805	5	0	810	0
		Execução Penal - Multa	5	0	0	0	0	5	0
		Família e Sucessões	189	26	0	73	0	288	0
		Fazenda Pública Estadual	3	4	1	0	0	8	0
		Fazenda Pública Federal	138	1	0	3	0	142	0
		Fazenda Pública Municipal	7	0	0	2	0	9	0
		Infância e Juventude - Execução	1	0	0	0	0	1	0
		Infância e Juventude Cível	10	0	0	15	0	25	0
		Registros Públicos	22	0	0	1	0	23	0
		Júri	4	0	0	0	1	5	5
		Infância e Juventude Infracional	0	0	0	2	10	12	0
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	21	0	0	1	17	39	0
		Criminal	189	0	0	134	121	444	88
		Total	801	33	813	305	149	2.101	93
	Total		890	35	813	333	215	2.286	95
2023	Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	140	0	0	5	0	145	0
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	45	0	0	0	0	45	0
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	9	0	0	0	0	9	0
		Juizado Especial Criminal	6	0	0	11	64	81	9
		Total	200	0	0	16	64	280	9
	Vara Única	Acidente do Trabalho	6	0	0	0	0	6	0
		Cível	289	2	0	35	0	326	0
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	24	0	0	0	0	24	0
		Execução Criminal	83	0	0	0	0	83	0
		Execução Fiscal Estadual	0	0	7	1	0	8	0
		Execução Fiscal Federal	0	0	0	30	0	30	0
		Execução Fiscal Municipal	1	0	14	6	0	21	0
		Execução Penal - Multa	28	0	0	0	0	28	0
		Fazenda Pública Estadual	13	0	0	0	0	13	0
		Fazenda Pública Federal	302	0	0	2	0	304	0
		Fazenda Pública Municipal	14	1	0	0	0	15	0
		Infância e Juventude - Execução	2	0	0	0	0	2	0
		Infância e Juventude Cível	38	0	0	7	0	45	0
		Registros Públicos	53	0	0	0	0	53	0
		Júri	3	0	0	1	1	5	3
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	28	0	0	1	5	34	0
		Família e Sucessões	305	12	0	23	6	346	0
		Infância e Juventude Infracional	0	0	0	2	14	16	0
		Criminal	125	0	0	37	171	333	110
		Total	1.314	15	21	145	197	1.692	113
	Total		1.514	15	21	161	261	1.972	122
2021	Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	60	1	0	17	0	78	0
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	21	1	0	0	0	22	0
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	5	0	0	0	0	5	0
		Juizado Especial Criminal	2	0	0	9	94	105	7
		Total	88	2	0	26	94	210	7
	Vara Única	Acidente do Trabalho	2	0	0	0	0	2	0
		Cível	221	3	0	84	0	308	0
		Correg Cart Extrajudiciais Reg Imóveis	1	0	0	0	0	1	0
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	11	0	0	0	0	11	0
		Execução Criminal	34	0	0	0	0	34	0
		Execução Fiscal Estadual	0	0	4	1	0	5	0
		Execução Fiscal Federal	0	0	0	27	0	27	0
		Execução Fiscal Municipal	0	0	4.418	6	0	4.424	0
		Execução Penal - Multa	28	0	0	0	0	28	0
		Família e Sucessões	283	21	0	66	0	370	0
		Fazenda Pública Estadual	17	3	0	2	0	22	0
		Fazenda Pública Federal	250	0	0	4	0	254	0
		Fazenda Pública Municipal	6	0	0	0	0	6	0
		Infância e Juventude - Execução	3	0	0	0	0	3	0
		Infância e Juventude Cível	28	1	0	13	0	42	0
		Júri	4	0	0	0	0	4	2
		Registros Públicos	30	0	0	3	0	33	0
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	27	0	0	0	11	38	0
		Infância e Juventude Infracional	0	0	0	1	27	28	0
		Criminal	146	1	0	142	174	463	97
		Total	1.091	29	4.422	349	212	6.103	99
	Total		1.179	31	4.422	375	306	6.313	106
	Juizado Especial Cível e Criminal	Juizado Especial Cível	100	0	0	19	0	119	0
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	40	0	0	0	0	40	0
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	2	0	0	0	0	2	0
		Juizado Especial Criminal	2	0	0	8	91	101	8
		Total	144	0	0	27	91	262	8
	Vara Única	Acidente do Trabalho	5	0	0	0	0	5	0
			259	5	0	69	0	333	0
			Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	8	0	0	0	8	0

Ano	Descrição da Vara	Descrição da Competência	Ações e Cautelares	Cumprimento de Sentença/ Habilitação	Execução Fiscal	Precatórias	Procedimentos Investigatórios	Total Geral	Denúncias
2022		Especial Relativo ao Idoso	1	0	0	0	0	1	0
		Execução Criminal	64	0	0	1	0	65	0
		Execução Fiscal Estadual	0	0	4	1	0	5	0
		Execução Fiscal Federal	0	0	2	25	0	27	0
		Execução Fiscal Municipal	2	0	1.342	2	0	1.346	0
		Execução Penal - Multa	44	0	0	0	0	44	0
		Fazenda Pública Estadual	6	1	0	0	0	7	0
		Fazenda Pública Federal	246	1	0	1	0	248	0
		Fazenda Pública Municipal	25	1	0	0	0	26	0
		Infância e Juventude - Execução	3	0	0	1	0	4	0
		Infância e Juventude Cível	26	0	0	5	0	31	0
		Júri	4	0	0	2	0	6	5
		Registros Públicos	33	0	0	2	0	35	0
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	28	0	0	1	5	34	0
		Família e Sucessões	282	13	0	70	6	371	0
		Infância e Juventude Infracional	0	0	0	1	20	21	0
		Criminal	158	0	0	91	189	438	117
		Total	1.194	21	1.348	272	220	3.055	122
	Total		1.338	21	1.348	299	311	3.317	130
2024	Juizado Especial Cível e Criminal	Corregedoria Permanente Administrativa	8	0	0	0	0	8	0
		Juizado Especial Cível	123	0	0	11	0	134	0
		Juizado Especial da Fazenda Estadual	26	0	0	0	0	26	0
		Juizado Especial da Fazenda Municipal	10	0	0	0	0	10	0
		Juizado Especial Criminal	5	0	0	3	131	139	5
		Total	172	0	0	14	131	317	5
	Vara Única	Acidente do Trabalho	8	0	0	0	0	8	0
		Cível	409	5	0	22	0	436	0
		Corregedoria Cartórios Extrajudiciais	19	0	0	0	0	19	0
		Corregedoria Permanente Administrativa	2	0	0	0	0	2	0
		Especial Relativo ao Idoso	1	0	0	0	0	1	0
		Execução Fiscal Federal	0	0	0	22	0	22	0
		Execução Fiscal Municipal	57	0	806	2	0	865	0
		Execução Penal - Multa	26	0	0	0	0	26	0
		Fazenda Pública Estadual	9	6	0	1	0	16	0
		Fazenda Pública Federal	284	0	0	0	0	284	0
		Fazenda Pública Municipal	12	1	0	0	0	13	0
		Infância e Juventude - Execução	4	0	0	0	0	4	0
		Infância e Juventude Cível	48	1	0	3	0	52	0
		Júri	1	0	0	1	0	2	2
		Registros Públicos	39	0	0	0	0	39	0
		Execução Criminal	80	0	0	2	2	84	0
		Família e Sucessões	313	22	0	21	8	364	0
		Infância e Juventude Infracional	0	0	0	5	17	22	0
		Juizado Criminal - Violência Doméstica	47	0	0	0	29	76	1
		Criminal	113	0	0	22	228	363	141
		Total	1.472	35	806	101	284	2.698	144
	Total		1.644	35	806	115	415	3.015	149
Total			6.565	137	7.410	1.283	1.508	16.903	602



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Primeira Instância

CPA 1989/24

Estudos apresentados à fl. 375/377 e 392/396, ambos com anexos, aos quais apresento em complementação o comparativo da distribuição dos anos 2022/2024 das Comarcas de Itariri e Peruíbe em relação à média das demais Varas Cumulativas do Estado (art. 9º da Resolução CNJ nº 184/2013):

Foro/Vara	Cluster	Ações e		Processos	Média
		Cautelares	Juizes	Por Juiz	(Grupo)
Foro de Peruíbe - 1ª Vara	Cumulativa	7731	1	7731	4458
Foro de Peruíbe - 2ª Vara	Cumulativa	6645	1	6645	4458
Foro de Itariri - Vara Única	Cumulativa	3980	1	3980	4458

Encaminhem-se o expediente à E. Corregedoria Geral da Justiça, posteriormente, à Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo para análise e deliberação.

São Paulo, 18 de setembro de 2025.

PATRICIA TIUMAN DE SOUZA CARVALHO

Secretária da Primeira Instância

(assinado digitalmente)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

(483/2025 - J)

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA – Comarcas de Peruíbe e Itariri – Estudos para criação e instalação de nova Vara Judicial na Comarca de Peruíbe - Estudos da SPI a demonstrar que a distribuição e o movimento judiciário não justificam, nos termos do Provimento CSM nº 82/11, a criação de nova Vara Judicial - Requisitos objetivos estabelecidos pelo Provimento CSM n.º 82/2011 não preenchidos – Estudo para verificar a possibilidade de absorção da Comarca de Itariri pela de Peruíbe – Aumento expressivo da distribuição, que permitirá a criação da 3ª Vara Judicial – Possibilidade – Sugestão de estudos adicionais para fortalecimento da estrutura funcional na Comarca de Peruíbe – Parecer nesse sentido.

Excelentíssimo Senhor Corregedor Geral da Justiça,

Trata-se de requerimento de criação e instalação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe, formulado pelo Presidente da 149ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (fls. 345/353).

Estudos da SPI (fls. 375/385 e 392/402).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

É o breve relatório. Passamos a opinar.

A Comarca de Peruíbe, entrância intermediária, conta atualmente com 2 Varas Judiciais, 1 Vara do Juizado Especial Cível e Criminal, 1 Serviço Anexo das Fazendas e 1 Anexo de Violência Doméstica contra a Mulher. Conta, ainda, com 1 CEJUSC Pré Processual (fl.375).

Os artigos 1.º e 4.º do Provimento n.º 82/2011, da Presidência do Tribunal de Justiça, relacionam as exigências mínimas para a criação, instalação e especialização de novas varas:

“Art. 1º. Os pedidos de criação e de especialização de varas devem ser instruídos com a comprovação da receita tributária, da população e do número de eleitores, além de um quadro comparativo das varas da comarca ou do foro regional ou distrital, com indicação do número de feitos distribuídos a cada uma até o final dos últimos cinco anos, da seguinte forma:

- (a) Em se tratando de varas cumulativas ou especializadas e a pretensão for de criação de outra vara de mesmo tipo, indicação da distribuição em separado:*
- (I) das diversas especializações (cível, família e sucessões, crime, execuções fiscais, etc); (II) dos inquéritos policiais e das denúncias recebidas no período; (III) das precatórias; (IV) dos anexos da vara, tais como execução criminal, júri, infância e juventude; (V) quando a jurisdição for cumulada, dos Juizados Informais de Conciliação, Juizados*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Especiais Cíveis e Criminais; (VI) do número de processos a serem distribuídos às varas existentes e às varas novas, quando instaladas, tomando-se por base a distribuição do último ano;

(b) Em se tratando de varas cumulativas ou especializadas e a pretensão for de maior especialização, os mesmos dados do item “a”, mas com separação da distribuição que remanesce da distribuição da especialização pretendida, em relação aos três últimos anos;

(c) Em se tratando da criação de foros distritais ou regionais, os mesmos dados do item “a”, mas com separação da distribuição que remanesce da provável distribuição do foro a ser criado;

(d) Indicação do número de juízes que atuam regularmente nas varas e do número médio de funcionários nelas lotados nos dois últimos anos;

(...)

Art. 4º - A criação de novas unidades ou a especialização das varas existentes obedecerá aos seguintes critérios:

(a) A análise levará em conta, preferencialmente, os feitos distribuídos,

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

e considerará as características da vara (natureza da jurisdição, complexidade da distribuição, entrância em que classificada, etc);

- (b) A distância entre a sede e a população local, para a criação de foros distritais ou regionais. A distância será indicada em quilômetros, segundo as vias usuais de acesso;*
- (c) A carga de serviço por juiz nas varas antigas e nas varas novas, que resultar da instalação, entendido como número mínimo para deflagrar o procedimento de criação, 1.800 processos novos por ano, nas varas cíveis, de família e da fazenda pública, excluídas as precatórias e as execuções fiscais; 600 denúncias por ano, nas varas criminais; e a proporção dessas quantidades nas varas cumulativas, conforme a representatividade de cada um. A carga de trabalho nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais será examinada caso a caso, ante a especificidade da jurisdição;*
- (d) Preferencialmente, não haverá redistribuição de feitos, mesmo em caso de especialização de varas, prorrogando-se, nesta hipótese, a jurisdição das varas em relação aos feitos já distribuídos e*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

*com observância do Provimento CG
442/91.”*

Com base nos preceitos acima transcritos, passamos a apreciar pedido.

Considerando o critério previsto no art. 4º, c, do Provimento n.º 82/11, apurou-se que as duas varas cumulativas de Peruíbe **receberam 334 denúncias (178 + 156) e 4.017 ações e cautelares (1,942+ 2.075)**. Diante de tal cenário, e considerando o mencionado parâmetro, ter-se-ia o quantitativo de **5.019 feitos [4.017+ 1.002)334x3]**. Desse modo, caso houvesse a criação da 3ª Vara Judicial, ter-se-ia distribuição projetada anual por magistrado de **1.673 processos** – o que não atenderia ao requisito objetivo fixado no art. 4º, c, do Provimento n.º 82/11.

A SPI informa que a Comarca de Peruíbe conta com um Juizado Especial Cível e Criminal, que recebeu **999 ações e cautelares e 2 denúncias**, além de um Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que recebeu **577 ações e cautelares e 235 denúncias**.

Por determinação da E. Presidência, à fl. 387, a SPI apresentou complementação de estudos, incluindo dados da Comarca de Itariri, projetando eventual absorção deste foro na Comarca de Peruíbe.

Observa-se que o cargo de magistrado da Vara Única de Itariri está vago (fls. 409/410).

A Comarca de Itariri possui 1 Vara Judicial e 1 Juizado Especial Cível e Criminal, que também é responsável pelo Município de Pedro de Toledo.

A SPI, à fl. 393, informa que a Comarca de Itariri está localizada no próprio município, e desta aproximadamente 20,3 Km de Peruíbe, ao passo que Pedro de Toledo está a aproximadamente 27,4 Km. Destaca que

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

a população atendida, somados ambos os Municípios, é de 27.301 habitantes, com 17.498 eleitores.

A Vara Única de Itariri teve em 2024 a distribuição de **1.472 ações e cautelares e recebeu 144 denúncias**, ao passo que o Juizado Especial Cível e Criminal teve a **distribuição de 172 ações e cautelares e recebeu 5 denúncias** (fl. 393).

Desse modo, projetando cenário em que o quantitativo de feitos distribuídos na Vara Única e no Juizado Especial Cível e Criminal de Itariri, identificado no parágrafo acima, fosse absorvido pelas duas Varas Judiciais de Peruíbe, a SPI projetou que **cada uma delas teria um acréscimo de 736 ações e cautelares e o recebimento de 72 denúncias cada**. Haveria, portanto, para a 1ª Vara Judicial de Peruíbe, por exemplo, o **aumento de 27,3% do volume de ações e cautelares distribuídas, além de cerca de 40,5% das denúncias distribuídas** (fl. 394):

PROJEÇÃO DE AÇÕES E CAUTELARES - COMARCA DE PERUÍBE (Considerando a absorção dos feitos da Comarca de Itariri)			
Unidade de Peruíbe	Ações e Cautelares (Peruíbe)	Ações e Cautelares (Itariri)	Total Projetado
1ª Vara	2.697	736 (= 1.472 ÷ 2)	3.433
2ª Vara	2.291	736 (= 1.472 ÷ 2)	3.027
Juizado Especial Cível e Criminal	999	172	1.171

Projeção com dados BI-Prov 82 referente ao ano de 2024

PROJEÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS - COMARCA DE PERUÍBE (Considerando a absorção dos feitos da Comarca de Itariri)			
Unidade de Peruíbe	Denúncias Recebidas (Peruíbe)	Denúncias Recebidas (Itariri)	Total Projetado
1ª Vara	178	72 (= 144 ÷ 2)	250
2ª Vara	156	72 (= 144 ÷ 2)	228
Juizado Especial Cível e Criminal	2	5	7

Projeção com dados BI-Prov 82 referente ao ano de 2024

Destaca que caso venha a ocorrer absorção da Comarca de Itariri por Peruíbe, haveria necessidade de remanejamento do quadro funcional de 20 pessoas (fl. 394):

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Cargo	Nº de Servidores
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO JUDICIÁRIO	1
AGENTE DE SERVIÇOS JUDICIÁRIO (AUXILIAR DE SERVIÇOS)	1
AGENTE OPERACIONAL JUDICIÁRIO (VIGIA)	1
ASSISTENTE JUDICIÁRIO	1
ASSISTENTE SOCIAL JUDICIÁRIO	1
CHEFE DE SEÇÃO JUDICIÁRIO	1
ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO	10
OFICIAL DE JUSTIÇA	1
PSICÓLOGO JUDICIÁRIO	1
SUPERVISOR DE SERVIÇO	2
Total	20

Por fim, com relação ao acervo, apurou-se que estão em andamento em Itariri o total de **13.705 feitos na Vara Judicial e 450 feitos no âmbito do Juizado Especial** (fl. 395). Assim, caso houvesse a **absorção da Comarca de Itariri por Peruíbe, cada Vara Judicial desta última receberia 6.582 feitos em andamento**. Como consequência, o acréscimo de processos em andamento por Vara Judicial de Peruíbe, nesse cenário projetado, mais do que dobraria em alguns casos, conforme se verifica abaixo (fl. 395):

- **01ª Vara Judicial de Peruíbe:** de 6.559 para 13.412 (aumento de 6.853 feitos);
- **02ª Vara Judicial de Peruíbe:** de 4.058 para 10.911 (aumento de 6.853 feitos);
- **Vara do Juizado Especial de Peruíbe:** 999 para 1.449 (aumento de 450 feitos).

Diante do cenário projetado, a SPI verifica, ainda, que seria possível, então, a criação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe, nos termos do Provimento n.º 82/11.

Isso porque, considerando-se o total de distribuições de ações e cautelares em 2024 em Peruíbe e em Itariri, de **5.161 feitos** (1.144 + 4.017), e, também, o total de **478 denúncias recebidas**, deve-se aplicar o critério definido no art.4º, c, do Provimento n.º 82/11. Por consequência, ter-se-ia o total de **6.595 feitos** [=5.161 +(3x478=1.434)], de modo que, caso houvesse a criação da 3ª Vara Judicial, **ter-se-ia 2.198 feitos novos anuais por magistrados**, atendendo, assim, o mínimo de 1.800 novos casos.

Diante dos dados supra, verifica-se que, efetuada a absorção da Comarca de Itariri pela Comarca de Peruíbe, com o respectivo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

incremento da movimentação judiciária que seria observado, seria possível a criação da 3ª Vara Judicial, visto que atendidos os requisitos objetivos do Provimento CSM n.º 82/11.

Opina-se, portanto, favoravelmente à proposta da E. Presidência de absorção da Comarca de Itariri pela Comarca de Peruíbe e à criação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe, com redistribuição igualitária dos feitos em tramitação na Vara Única e no Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca Itariri entre as três Varas Judiciais na Comarca de Peruíbe, sem prejuízo da distribuição diferenciada quando da instalação da 3ª Vara Judicial.

Necessário destacar, contudo, apenas uma observação.

Os estudos complementares de fls. 392/396 indicam que as Varas de Peruíbe receberiam considerável acervo adicional de **13.705 feitos na Vara Judicial e 450 feitos no âmbito do Juizado Especial**. Vale lembrar que ainda que se repartisse esse acervo adicional por 3 unidades, ainda assim cada uma delas receberia cerca de 4.600 processos – montante esse que é o dobro do acervo atualmente existente na 2ª Vara Judicial, que é de 4.048 feitos.

Não há informação se a estrutura de servidores atualmente lotada em Itariri seria suficiente para formar a 3ª Vara Judicial e, também, acomodar aumento de acervo observado nas outras duas unidades – o qual será substancial, sendo em um caso mais do que dobro do acervo atualmente existente. Sugere-se, portanto, a realização de estudos para verificar a melhor forma de estruturação da nova unidade judicial que será criada em Peruíbe, e, também, de reforço da estrutura já existe nas outras duas varas judiciais já existentes, inclusive ponderando sobre eventual estruturação em formato de Unidade de Processamento Judicial – UPJ, como forma de melhor acomodar o acervo que será transferido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Por fim, observa-se que as informações de fls. 392/396 indicam que Itariri dista 20,3 Km de Peruíbe e, Pedro de Toledo, 27,4 Km, sugerindo-se, assim, a realização de estudos complementares sobre a estrutura de transporte público existente entre as referidas Comarcas.

Ante o exposto, o parecer que respeitosamente apresentamos à elevada apreciação de Vossa Excelência é favorável às propostas de absorção da Comarca de Itariri pela Comarca de Peruíbe e de criação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe, com redistribuição igualitária dos feitos em tramitação na Vara Única e no Juizado Especial Cível e Criminal ambos da Comarca de Itariri entre as três Varas Judiciais da Comarca de Peruíbe, sem prejuízo da distribuição diferenciada quando da instalação da 3ª Vara Judicial, observando-se sugestão de realização de estudos para verificação da suficiência estrutura funcional de Itariri a ser transferida para a Comarca de Peruíbe, conforme proposto neste parecer.

Sub censura.

São Paulo, 03 de outubro de 2025.

MARIA RITA REBELLO PINHO DIAS

Juíza Assessora da Corregedoria

(assinado digitalmente)

PAULA LOPES GOMES

Juíza Assessora da Corregedoria

(assinado digitalmente)

CONCLUSÃO

Em 03 de outubro de 2025, faço estes autos conclusos ao Dr. **FRANCISCO LOUREIRO**, Excelentíssimo Corregedor Geral da Justiça. Eu, Grazielle Silva Lopes Rodrigues, Escrevente Técnico Judiciário, GAB 3.1, subscrevi.

Processo n.º 1989/24

Vistos,

Aprovo parecer apresentado pelas MM.^a Juízas Assessoras da Corregedoria e por seus fundamentos, ora adotados, manifestando-me **favoravelmente** às propostas de absorção da Comarca de Itariri pela Comarca de Peruíbe e de criação da 3ª Vara Judicial na Comarca de Peruíbe, com redistribuição igualitária dos feitos em tramitação na Vara Única e no Juizado Especial Cível e Criminal ambos da Comarca de Itariri entre as três Varas Judiciais da Comarca de Peruíbe, sem prejuízo da distribuição diferenciada quando da instalação da 3ª Vara Judicial, observando-se sugestão de realização de estudos para verificação da suficiência estrutura funcional de Itariri a ser transferida para a Comarca de Peruíbe, conforme proposto no parecer.

À E. Presidência.

São Paulo, 03 de outubro de 2025.

FRANCISCO LOUREIRO
Corregedor Geral da Justiça
Assinatura Eletrônica

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
■ SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

Vistos.

À luz da análise da conveniência e oportunidade para a criação e instalação de novas varas judiciais, cumpre registrar que esta gestão já promoveu expressiva expansão da estrutura judiciária, com a criação e instalação de 65 novas varas, além de 6 cargos de magistrados titulares II, abrangendo diversas competências na Capital, no litoral e no interior, todas no primeiro grau de jurisdição. Somam-se a essas medidas a instituição de novos cargos no Colégio Recursal e no segundo grau de jurisdição, providências que se mostraram indispensáveis para enfrentar o exponencial aumento da demanda processual no âmbito do Egrégio Tribunal.

Não se pode olvidar que, paralelamente, foram instaladas 89 Unidades de Processamento Judicial (UPJ), estando outras 24 já aprovadas e aguardando a conclusão das obras para efetiva implementação, o que impõe esforço concentrado das Secretarias e equipes administrativas, além da racional alocação de recursos humanos e financeiros.

Embora recentemente concluído o centésimo nonagésimo primeiro Concurso para ingresso na Magistratura, os novos juízes encontram-se em fase inicial da carreira, recém-egressos da Escola Paulista da Magistratura, não havendo, por ora, disponibilidade de magistrados para atender novas varas em entrâncias intermediária e final. Tal circunstância acentua a dificuldade já existente para suprir ausências decorrentes de férias e afastamentos regulares, revelando a necessidade de prudência na expansão da estrutura.

Cumpre ainda ponderar as inovações tecnológicas em curso, como a implementação dos Núcleos de Justiça 4.0, que tendem a reduzir a distribuição processual em diversas competências, bem como a migração do sistema SAJ para o eproc e as tratativas avançadas para adoção de soluções de inteligência artificial. Tais medidas sinalizam uma profunda transformação na tramitação processual, com incremento da automação e otimização dos

fluxos, o que permitirá ganhos de eficiência sem necessidade de criação de novas unidades, especialmente diante da escassez e finitude dos recursos públicos, em observância aos princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

Por derradeiro, a proximidade do término da presente gestão impõe cautela, não se revelando conveniente nem oportuno promover remanejamento de competências ou criação de novas varas neste momento, sob pena de comprometer a continuidade administrativa e a racionalidade na alocação de recursos.

Diante de todo o exposto, **não se recomenda a criação e instalação da Vara indicada no presente momento**. Aguarde-se o início da próxima gestão, tornando-se conclusos no início dos trabalhos forenses de 2026 para reanálise do pedido.

São Paulo, 12 de novembro de 2025.

Fernando Antonio Torres Garcia
Presidente do Tribunal de Justiça de São
Paulo
(assinado digitalmente)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
■ **SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA**

Vistos

Para atendimento do parecer da E. CGJ, promova a SAAB estudos para análise do espaço físico na Comarca de Peruíbe, bem como abre-se tarefa à SGP para análise da questão de pessoal, sendo que ambas as secretarias deverão realizar os estudos de acordo com a sugestão da E. CGJ de fls. 419/427.

São Paulo, 3 de dezembro de 2025.

Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro
Juíza assessora da Presidência do Tribunal de Justiça
de São Paulo
(assinado digitalmente)